



Processo:	1000063455/2018
Interessado:	ASSOCIAÇÃO JARDINS VALÊNCIA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DELIBERAÇÃO N.º 43/2018-CEEFP/GO	

A COMISSÃO DE ENSINO, EXERCÍCIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - CEEFP-CAU/GO, reunida ordinariamente em Goiânia/GO, na sede do CAU/GO, no uso das competências que lhe conferem os artigos 49 e 50 do Regimento Interno do CAU/GO, analisou o processo n.º 1000063455/2018 instaurado em desfavor de ASSOCIAÇÃO JARDINS VALÊNCIA por infração ao disposto no artigo 7º da Lei 12378/2010 e artigo 35, incisos XI e XII da Resolução n. 22. Consta que a pessoa jurídica fiscalizada possui registro ativo no CAU/GO mas sem possuir responsável técnico. A fiscalização teve início aos 08 de fevereiro de 2018. Foi lavrada a notificação preventiva aos 06 de março de 2018. A interessada teve ciência da notificação preventiva aos 13 de março de 2018. O auto de infração foi lavrado aos 10 de abril de 2018. A autuada teve ciência aos 24 de abril de 2018. Apresentou defesa aos 03 de maio de 2018 argumentando, em síntese, que estavam tentando realizar a baixa do registro da empresa, já que não possuem arquitetos cadastrados. Documento em fls. 08. Relatório de registro em fls. 09 onde consta a baixa realizada aos 04 de maio de 2018. Despacho do analista fiscal encaminhando o processo para análise da Comissão.

O auto lavrado contém uma infração administrativa corretamente capitulada, com indicação precisa da penalidade, obediente aos requisitos formais e materiais de validade, notadamente aqueles constantes no artigo 16 da Resolução n. 22 do CAU/BR.

O processo seguiu seu curso regular, atendendo aos princípios processuais constitucionais do contraditório e da ampla defesa, não havendo causa capaz de lhe atrair nulidade.

A pessoa jurídica em questão possui registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, mas sem indicação de responsável tecnicamente habilitado.

A falta de responsável técnico, indica que a pessoa jurídica tem exercido atividades compartilhadas ou privativas de arquiteto e urbanista sem a supervisão de profissional responsável, o que, nos termos do artigo 7º da Lei 12378/2010, configura ilícito administrativo materializado na forma de exercício ilegal por pessoa jurídica.

A conduta, como narrado no relatório, é penalizada na forma do artigo 35, inciso XII da Resolução n. 22 do CAU/BR, que preceitua nos termos seguintes:

Art. 35. As infrações ao exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo nos termos definidos nesta Resolução serão punidas com multas, respeitados os seguintes limites:

XII - Pessoa jurídica registrada no CAU, mas sem responsável técnico, exercendo atividade fiscalizada por este conselho; Infrator: pessoa jurídica; Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e máximo de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade

Assim, nota-se que a pessoa jurídica em questão, efetivamente, realizou a conduta ilícita descrita nos dispositivos mencionados acima, merecendo, logo, as sanções que lhe são típicas.


Houve regularização após a lavratura do auto de infração. Nos termos do artigo 16, parágrafo único da Resolução n. 22 do CAU/BR a regularização após a lavratura do auto de infração não exime a pessoa jurídica das cominação legais.

DELIBEROU:




- 1 – Por UNANIMIDADE pela MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO em seus integrais termos e valores, nos moldes do artigo 19 da Resolução n. 22 do CAU/BR.
- 2 - Atento aos vetores de orientação para fixação da multa previstos na Resolução n. 22 do CAU/BR, nota-se que: a pessoa jurídica não possui antecedentes; a situação econômica da empresa é ignorada; a gravidade da infração e suas consequências são ordinárias; houve regularização, FIXO a multa no mínimo, ou seja, 5 (cinco) vezes o valor vigente da anuidade.
- 3 – Fica a parte intimada para que pague a multa fixada nesta deliberação, ou para que, querendo, interponha recurso ao Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, no prazo improrrogável de 30 dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da notificação.
- 4 – Findo o prazo sem apresentação de recurso ou sem pagamento, certifique-se o trânsito em julgado e encaminhe-se o processo para a Assessoria Jurídica.

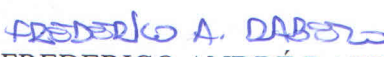
Goiânia, 14 de junho de 2018.


PAULO RENATO DE MORAES ALVES
Coordenador da Comissão de Exercício, Ensino e Formação Profissional

LEONARDO J. ROMANO DE SOUZA
Membro Suplente


LUCIANO MENDES CAIXETA
Coordenador Adjunto

MANOEL ALVES CARRIJO FILHO
Membro Suplente


FREDERICO ANDRÉ RABELO
Membro Titular

ANA CAROLINA DE FARIAS
Membro Suplente


MARIA ESTER DE SOUZA
Membro titular

ADRIANA MIKUALESCHK
Membro suplente